

Memória da 1ª Reunião do Comitê Diretor do Projeto (CDP)

Data: 14 de agosto de 2019 (9h às 13h)

Local: IIS/Rio de Janeiro

Participantes: Robert Erath (ONU Meio Ambiente), Rodrigo Vieira (SBio/MMA), Otávio Ferrarini (SBio/MMA), Bernardo Strassburg (IIS), Carlos Scaramuzza (IIS), Helena Alves-Pinto (IIS), Nathalia Pinto (IIS), Mariela Figueredo (IIS), Ana Castro (IIS (IIS)), Rafael Farias (representante da sociedade civil da APA de Pouso Alto), Cecília Freitas (representante da sociedade civil da APA da Bacia do Rio São João).

Pauta da Reunião:

- Análise e aprovação do regulamento interno do CDP.
- Nomeação das partes representantes do CDP.
- Breve apresentação do projeto, considerando as novas cadeias de resultado.
- Atualização do andamento do projeto, com foco no Componente 1:
 - a) resumo da execução até o momento (física e financeira);
 - b) sugestão de parcerias e ações para potencializar a implementação com foco no Componente 1.
- Conclusões e recomendações do CDP.

Assuntos tratados:

1. ANÁLISE E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO INTERNO DO CDP

A minuta do regulamento interno foi apresentada a todos os presentes, analisada em conjunto e aprovada, conforme segue em anexo (ANEXO I).

2. NOMEAÇÃO DAS PARTES REPRESENTATES DO CDP

Ficou decidido em reunião, que o CDP será composto pelas partes abaixo:

I – Departamento de Conservação de Ecossistemas (DECO), vinculado à Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que o presidirá:

Titular: Rodrigo Martins Vieira

Suplente: Otávio Gadiani Ferrarini

II - Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS), que exercerá a Secretaria-executiva do comitê:

Titular: Bernardo Baeta Neves Strassburg

Suplente: Agnieszka Ewa Latawiec

III - ONU Meio Ambiente:

Titular: Robert Erath

Suplente: representante do Escritório da ONU Meio Ambiente do Brasil

IV – Organização da sociedade civil da APA de Pouso Alto:

Titular: Rafael de Souza Drumond Farias (representante interino, membro da Brigada Voluntária Ambiental de Cavalcante/BRIVAC)

Suplente: a definir

V – Organização da sociedade civil da APA da Bacia do Rio São João/Mico Leão Dourado:

Titular: Cecília Amorim de Freitas (representante interina, membra da diretoria da Associação dos Agricultores Orgânicos das Baixadas Litorâneas e Adjacências do Estado do Rio de Janeiro/Agrobali).

Suplente: a definir

3. BREVE APRESENTAÇÃO DO PROJETO, CONSIDERANDO AS NOVAS CADEIAS DE RESULTADO E ATUALIZAÇÃO DO ANDAMENTO DO PROJETO, COM FOCO NO COMPONENTE 1

O Projeto foi apresentado pelo IIS e foi dado maior ênfase às estratégias do Projeto no âmbito do Componente 1 (pilotos da APA da Bacia do Rio São João e APA de Pouso Alto), aproveitando a presença dos representantes da região das duas APAs.

Posteriormente, dois vídeos produzidos pelo IIS foram mostrados: I) um vídeo que é divulgado para os atores-chaves das APAS, principalmente para os produtores rurais, e que explica a possibilidade do aumento da produtividade em propriedades concomitantemente à preservação do meio ambiente, e II) um vídeo resultante do encontro realizado com os produtores rurais da APA da Bacia do Rio São João, no dia 09 de agosto de 2019 em Silva Jardim/RJ.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DO CDP

Cecília Freitas foi convidada a falar sobre a sua vivência e experiência na APA da Bacia do Rio São João. Cecília começou destacando que o Conselho da APA da Bacia do Rio São João não está ativo, como já era do conhecimento de todos os presentes. Posteriormente, ela citou a necessidade de um retorno urgente, por parte do GEF Áreas Privadas, para os produtores após o evento do 9/8 que foi realizado na região. Informou que somente assim os produtores terão confiança no projeto. Exemplos de bons retornos seriam mostrar onde as Unidades Demonstrativas (UDs) serão implementadas e quais os grupos seriam abarcados por essas UD.

Logo após, Cecília falou das características produtivas da região, que a potencialidade (“vocalização”) é mista e inclui gado de corte e leite, práticas agroecológicas animais e vegetais, turismo rural e ecoturismo. E que em se tratando dos municípios de Casimiro de Abreu e Silva Jardim, o que se observa são: i) grandes propriedades de corte e leite de baixa produtividade onde a grande maioria dos proprietários não mora na região e, conseqüentemente, não possui vínculos com a região e com a terra; ii) os pequenos produtores que vivenciam a região no seu dia-a-dia, e iii) os “novos/médios” e jovens produtores que chegaram recentemente na região com outras visões de mundo e meio ambiente. Para Cecília, atualmente existem duas “fações” em Silva Jardim, *os grandes proprietários x os médios mais os pequenos proprietários.*

Dessa forma, Cecília pensa que o projeto deve focar esforços nas pessoas que ela considera que, verdadeiramente, representam uma mudança de estratégia na região, ou seja, nos pequenos e médios produtores rurais, ainda que as propriedades deles não sejam as maiores áreas em termos quantitativos. Para ela, as UD's serão muito acolhidas pelos médios produtores, mas para a manutenção e replicação, acredita que os pequenos produtores são as pessoas fundamentais, além disso, alguns desses produtores são referências na região e se interessam em disseminar conhecimento. Cecília afirmou ainda que a empresa Agrobali já vem realizando essa ponte entre os pequenos e médios produtores, e que ambos, juntos, estão montando um centro de processamento para recolher e vender produtos orgânicos. Cecília comentou que seria interessante ter um selo de que tais produtos “restauram” a floresta e que essa produção gera recursos.

Cecília questionou o porquê da Associação Mico Leão-Dourado (AMLD) não estar representando a sociedade civil da APA da Bacia do Rio São João no CDP, pois ela considera a AMLD como um importante ator capaz de gerar uma mudança em escalas maiores na região e, dessa forma, ou o Projeto se une à AMLD ou aposta nos pequenos e médios proprietários para fazer uma complementação ao que vem sendo desenvolvido pela AMLD.

Cecília destacou que, caso o projeto decida investir nos grandes proprietários, seja com foco naqueles que possuem filhos jovens engajados com a propriedade, pois a região sempre “abraçou” os jovens e como o processo de chegada de novos produtores mais jovens com um pensamento mais sustentável tem crescido significativamente, essa seria a hora de apostar no público jovem da APA. Essa aposta no público jovem deve acontecer tanto para os grandes como para os pequenos e médios produtores e pode ser uma importante estratégia de engajamento do projeto.

Em se tratando de legislação ambiental, Cecília afirmou que há um desconhecimento geral dos moradores da região sobre essa questão, as pessoas não entendem o que o não cumprimento da lei pode trazer para elas. Para Cecília, a educação ambiental é capaz de reverter essa situação, mas, ela falou novamente que acredita que tal disseminação só será realizada pelos pequenos e médios proprietários que lidam diretamente com a terra.

Após a fala da Cecília Freitas, deu-se início a exposição oral por parte do representante da sociedade civil da APA de Pouso Alto, Rafael Farias.

Rafael começou sua fala relatando que pelo fato do Conselho da APA de Pouso Alto estar inativo, a comunidade está participando mais dos conselhos municipais, quando estes existem. Rafael apontou que os conselhos que ele tem o conhecimento de estarem funcionando na APA de Pouso Alto são o de Cavalcante e de Alto Paraíso. Já Cecília Freitas não soube falar sobre os conselhos municipais da APA da Bacia do Rio São João.

Nesse momento, o IIS sugeriu que o GEF Áreas Privadas tenha um componente voltado para gestão da governança, para que os conselhos das APAs voltem a funcionar. Foi ressaltado ainda que em se tratando da APA de Pouso Alto, as atividades do projeto relacionam-se diretamente com o Plano de Manejo da APA, o qual depende da aprovação de seu Conselho.

A ONU Meio Ambiente sugeriu que o projeto auxilie na mobilização dos conselhos das APAs, quem sabe, através de uma pessoa que auxilie os pontos focais nas APAs para destravar este gargalo. Todavia, o MMA atentou que, primeiramente, há a necessidade de entender bem esse gargalo da governança para que o projeto proponha ações estratégicas para estruturar isso de forma sustentável e duradoura. Devemos ter atenção para não atuar apenas como um paliativo

que sirva para cobrir despesas de custeio, pois desta forma, com a finalização do projeto essa estruturação estaria novamente comprometida.

Rafael Farias afirmou que existem inúmeros atores locais aceitos pela comunidade local e que são “pró-ação”, como: o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), a Associação Kalunga, a Brigada Voluntária Ambiental de Cavalcante (BRIVAC) (da qual ele faz parte), a Rede de Semente Cerrado, o Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PrevFogo) do IBAMA, entre outros. Rafael disse ainda que a rede da Chapada dos Veadeiros está dispersa. Além disso, existem atores, grande parte deles ligados aos setores produtivos, que estão tentando agregar parcerias com o objetivo de enfraquecer o Conselho da APA de Pouso Alto (CONAP) para que consigam propor mudanças no plano de manejo e terem voz. Pois, enquanto o conselho da APA estiver desativado, setores como o agronegócio e a mineração são favorecidos.

A questão do fogo na APA de Pouso Alto foi um outro ponto levantado por Rafael Farias, que perguntou se o projeto abarcaria às queimadas, tão características e importantes, em se tratando da APA. Ele afirmou que um dos problemas, por exemplo, são as contratações por parte do PrevFogo, pois, os contratos são periódicos. E ressaltou que 90% dos trabalhadores do PrevFogo são quilombolas. Nesse momento, o MMA sugeriu a possibilidade do Projeto GEF Áreas Privadas atuar também nesta frente relacionada ao manejo do fogo (combate e prevenção) em parceira com as redes já estruturadas na região (ex. contratação do PrevFogo; brigadistas quilombolas, etc). Essa seria uma maneira interessante de incluir a comunidade quilombola no Projeto, tão representativa e ativa na APA de Pouso Alto.

Em relação às queimas prescritas, Rafael Farias mencionou que o código municipal de Cavalcante apresenta brecha. Dessa forma, ele sugeriu de compartilhar o código com o IIS, para quem sabe assim, pensar em ações que possam ir no sentido de melhorar este instrumento legal.

Por fim, Rafael Farias citou que seria importante, por exemplo, que o projeto incluísse as escolas da região, apoiasse algumas atividades relacionadas à preservação de trilhas de longo curso e, desse visibilidade ao Parque de Cavalcante (local onde deu-se início a cidade de Cavalcante), que, inclusive, pode servir de base física para o projeto e atualmente está sob a supervisão do PrevFogo.

Encaminhamentos:

- 1) O Projeto GEF Áreas Privadas irá mapear possíveis soluções para fortalecer a governança da duas APAs piloto do projeto;
- 2) Em relação à APA da Bacia do Rio São João, o projeto precisa definir com quais atores-chaves trabalhará a implementação das UD's e capacitação;
- 3) Quanto à APA de Pouso Alto, o projeto deve considerar incluir a questão do fogo e a relação deste com a comunidade local, como forma de engajamento a comunidade no projeto.

ANEXO II

Considerações sobre o processo de composição do Comitê Diretor do Projeto (CDP), no que se refere à ocupação das cadeiras destinadas à APA da Bacia do Rio São João e à APA de Pouso Alto.

Nos meses anteriores à primeira reunião do CDP, o IIS, com a equipe do MMA, definiu a estratégia de que as indicações dos representantes da sociedade civil no CDP seriam feitas pelas equipes de gestão das APAs das duas áreas pilotos. Para isso, foi feito contato com os gestores de cada APA e solicitado que os mesmos tentassem mobilizar seus respectivos conselhos para que indicassem um titular e um suplente de organizações da sociedade civil para representar cada APA no CDP. No entanto, as equipes gestoras de ambas as APAs confirmaram que os respectivos Conselhos estão inativos há algum tempo, o que inviabilizou estas indicações.

Diante disso, optou-se por buscar indicações de possíveis representantes interinos junto a alguns atores-chaves de cada região, tais como as equipes de gestão da APA da Bacia do Rio São João e das Reservas Biológicas de Poço das Antas e União, e as equipes de gestão da APA de Pouso Alto e do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

Alguns nomes foram sugeridos por mais de um ator-chave de cada região, porém, para a maioria deles identificamos algumas possíveis situações de conflito de interesse futuro, o que inviabilizaria a participação dos mesmos no CDP.

Diante deste contexto, na impossibilidade de uma indicação dos conselhos das APAs, e para evitar que as APAs ficassem sem representação na 1ª reunião do CDP, após análise dos nomes que foram indicados por mais de um ator-chave e, analisando as organizações que cada um deles representa, optou-se por convidar Cecilia Freitas, representando a AGROBALI (Associação dos Agricultores Orgânicos das Baixadas Litorâneas e Adjacências do Estado do Rio de Janeiro), e Rafael Souza, presidente da Brivac - Brigada Voluntária de Cavalcante e suplente no Conselho da APA do Pouso Alto, para participarem interinamente do CDP como representantes da APA da Bacia do Rio São João e da APA de Pouso Alto, respectivamente.